

Evolução da Inserção do Migrante e do não Migrante no Mercado de Trabalho da Região Centro-Oeste entre 2000 e 2010¹

Victor Paulo Archanjo de Paiva Tocantins Lino

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: victorpaulolino@hotmail.com

Priscila Casari

Doutora em Economia Aplicada pela USP, professora adjunta da FACE - UFG e docente do Programa de Pós-Graduação em Economia

E-mail: pricasari@gmail.com

Resumo: O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho da região Centro Oeste entre 2000 e 2010. A partir dos dados dos Censos Demográficos, são apresentadas estatísticas descritivas e utiliza-se o procedimento de Heckman para explicar o impacto de ser migrante sobre o emprego e sobre o rendimento do trabalho. Verificou-se que o migrante é positivamente selecionado, tem maior probabilidade de ocupação de postos de trabalho e maior remuneração. Além disso, os resultados mostram que há uma evolução positiva da seleção dos migrantes ao passar do tempo.

Palavras chaves: Migração; Rendimento; Centro-Oeste

Abstract: The aim of this study is to analyze the evolution of the insertion of migrants and non-migrants in the labor market of the Central West region between 2000 and 2010. Based on data from the Demographic Census, we present descriptive statistics and use the Heckman procedure to explain the impact of being a migrant on employment and on labor income. We verified that migrants are positively selected, have a higher probability of employment and have higher income. Also, results show that there is a positive evolution of migrant selection over time

Key words: Migration; Income; Central West

JEL Classification: J31; J61

¹ Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Migração e seleção: evidências para o desenvolvimento do estado de Goiás”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

1. INTRODUÇÃO

Dentro dos estudos populacionais, a migração é um dos principais temas. Entender as razões e os impactos dos fluxos migratórios nas regiões tem sido alvo de muitos estudos, inclusive, com objetivo de formular de políticas públicas visando a melhoria de níveis de emprego e de renda, tanto do migrante quanto da população nativa.

A formação e ocupação territorial do Centro-Oeste têm suas raízes no processo migratório induzido num primeiro momento, principalmente, pela Marcha para o Oeste de Vargas e a construção de Brasília por Kubtschek. Para Cunha (2002), posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1990, também pela expansão da fronteira agrícola e pelo crescimento dos centros urbanos.

Apesar da importância da migração para a região Centro-Oeste, poucas pesquisas se dedicam ao tema. Na maior parte, são encontrados trabalhos com enfoque histórico, que pouco analisam impactos econômicos da migração. Destacam-se os artigos de Ribeiro e Correa (2009) e de Casari e Neves (2015). No primeiro, os autores mostram que os migrantes residentes nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul são positivamente selecionados. E o último traz evidências de que os migrantes residentes na região Centro-Oeste conseguem adentrar em postos de trabalho com melhor remuneração.

Diante do exposto, é importante compreender o perfil do migrante para estimar os impactos causados por sua chegada ao local de destino. De acordo com Santos Júnior (2002) e Ferreira, Santos Júnior e Menezes Filho (2003), no Brasil, em geral, os migrantes são positivamente selecionados. Esse perfil pode impactar positivamente o desenvolvimento regional, pois os migrantes são, em geral, indivíduos mais qualificados.

A partir do contexto descrito, este trabalho tem por objetivo geral analisar a evolução da inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho da região Centro-Oeste entre 2000 e 2010. Especificamente, procura-se:

- Descrever as características socioeconômicas dos migrantes e dos não migrantes;
- Estimar o impacto de ser migrante sobre a probabilidade de emprego e sobre o rendimento.

Para tanto, são utilizados os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e é estimado um modelo econométrico por meio do Procedimento de Heckman.

Além dessa introdução, o artigo conta com mais quatro seções: a próxima seção apresenta uma revisão bibliográfica dos trabalhos recentes sobre migração, principalmente quando associada ao mercado de trabalho; a terceira seção descreve a metodologia; na quarta seção, são discutidos os resultados; e as considerações finais encerram o trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção, apresenta-se uma revisão da literatura sobre a migração inter-regional e também alguns aspectos teóricos sobre a relação entre migração e rendimento.

2.1 Relação entre migração e rendimento

Segundo Ehrenberg e Smith (2000), a maioria das decisões de mudança de geográfica tem como motivação a mudança de emprego. No entanto, existem custos financeiros diretos da migração e custos psicológicos de o migrante deixar família, emprego e laços de relacionamento no lugar de origem e ter de ambientar-se ao local de destino. Estes custos são suportados a curto prazo caso sejam possíveis benefícios no longo prazo, pois, no momento de chegada ao local de destino, há a possibilidade de perda temporária de rendimentos.

Os autores apresentam um modelo de mobilidade voluntária dos trabalhadores – distinguem a migração de livre vontade do trabalhador da migração por decisão do empregador, quando a mobilidade ocorre devido a demissão – que considera a mobilidade voluntária como um investimento. Neste modelo, se os benefícios forem maiores que os custos financeiros e psicológicos, pressupõe-se que o indivíduo decidirá pela mudança geográfica, mudança de emprego, ou ambas.

Na análise dos benefícios, o modelo compreende a utilidade derivada do novo emprego, a utilidade derivada do antigo emprego e a extensão de tempo que o migrante espera trabalhar no emprego. Logo, quanto maior a utilidade do novo emprego, quanto menor a utilidade do emprego antigo, quanto mais tempo espera-se viver no local de destino e quanto menor o custo financeiro direto da migração, maiores serão os benefícios observado na decisão de migrar.

Conforme os autores, o fluxo de migração, geralmente, ocorre de áreas com possibilidade de ganhos baixos para áreas com maiores possibilidades de ganhos. Além disso, os jovens são mais dispostos a incorrer nos custos da mobilidade.

Borjas (2012) explica que os mais jovens são mais suscetíveis a migrar por dois motivos: primeiro, quanto mais jovem, maiores os retornos dos investimentos em capital humano; segundo, eles incorrem em menos custos psicológicos, visto que são “iniciantes” na vida adulta e podem não ter criado vínculos fortes com a comunidade de origem.

Além da idade, o autor também relaciona a migração à escolaridade, pois a educação está relacionada com a capacidade de perceber e poder adentrar em postos de trabalho com salários mais altos. O migrante com maior nível educacional, em geral, tem maiores possibilidades de emprego com ganhos maiores.

Adicionalmente, Borjas (2012) aponta que não apenas o migrante poderá obter ganhos maiores com a migração, mas o local de destino também pode ser beneficiado caso os migrantes sejam positivamente selecionados, ou seja, migrantes com maiores níveis de capital humano em relação aos não migrantes.

O trabalho de Chiswick (1978) foi um dos primeiros a relacionar a renda do migrante e do não migrante. Utilizando dos dados censitários dos Estados Unidos em 1970, o autor constatou que o crescimento da renda dos migrantes era maior que a dos nativos. Além disso, em determinado ponto do tempo, segundo o autor, os migrantes passavam a ganhar mais que os não migrantes.

Este fato aponta para uma seleção positiva dos migrantes, que por estarem dispostos a incorrer nos custos da migração, apresentam mais motivação e procuram

aperfeiçoar suas habilidades (FREGUGLIA; PROCOPIO, 2013).

Em um estudo mais recente, Chiswick (1999) justificou que os maiores ganhos dos migrantes acontecem devido aos atributos cognitivos que apresentam, como maior capacidade de adaptação, empreendedorismo e ambição. Portanto, existem fatores não-mensuráveis que tornam os imigrantes positivamente selecionados (RIBEIRO; CORREA, 2009).

Para Borjas (1987), os migrantes positivamente selecionados possuem maiores níveis de capacidades cognitivas, sendo assim, são mais empreendedores, agressivos e aptos ao mercado de trabalho. O autor destaca que a decisão de migrar tomada pelo agente racional está relacionada à renda média em seu local de origem, à renda média no local de destino e aos custos da migração, que podem ser monetários ou não-monetários.

No Brasil, a literatura mostra que, de modo geral, o ato de migrar gera efeito positivo sobre os rendimentos. Santos Júnior (2002) e Ferreira, Santos Júnior e Menezes Filho (2003) utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, comprovaram que, no Brasil os migrantes têm renda maior do que os não migrantes. Mesmo quando os autores aplicam duas metodologias diferentes, uma análise bivariada e outra multivariada, os resultados permaneceram os mesmos. Ao comparar as rendas de migrantes e não migrantes, a diferença manteve-se mesmo após controlar as variáveis observáveis, então, os autores verificam que a explicação para o maior rendimento dos migrantes está nos fatores não-observáveis, em concordância com Chiwick (1999).

Santos e Ferreira (2007) analisaram o impacto da migração interestadual sobre a distribuição regional de renda brasileira. A partir dos dados da PNAD de 2003, os autores concluíram que a migração ocasiona um aumento nas rendas médias em todas as unidades federativas do país, com exceção de São Paulo e Espírito Santo. Os autores explicam que a migração provoca convergência de renda, sendo assim, reduz as desigualdades regionais de renda. Este efeito de convergência pode ser explicado pela diferença entre os fatores observáveis da população migrante e da não migrante.

A pesquisa de Golgher (2006) confirma a perspectiva sobre a diferença de renda entre migrantes e não migrantes. A partir de uma análise descritiva dos dados do Censo de 2000, o autor ressalta que, para quase todas as unidades federativas brasileiras, a proporção de pessoas de baixa renda dentre os migrantes era menor do que para os não migrantes, com exceção para os estados de São Paulo, Roraima, Rondônia e o Distrito Federal.

Gama e Machado (2014) compararam os rendimentos de migrantes e não migrantes no período intercensitário de 2000 e 2010, utilizando os dados dos Censos do IBGE dos anos em análise. Os autores constataram que, de modo geral, o migrante brasileiro é positivamente selecionado e que, em âmbito nacional, o fato de ser migrante eleva o rendimento em seis pontos percentuais, vis-a-vis a renda do não migrante.

Especificamente para o Centro-Oeste, Ribeiro e Correa (2009) com base nas informações da PNAD de 2008, calcularam estimativas do rendimento dos indivíduos em

cada estado. Os autores excluíram o Distrito Federal e não consideraram os dados referentes às migrações entre os estados da região. Seus resultados mostraram que os migrantes nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul são positivamente selecionados.

Casari e Neves (2015), também para a região Centro-Oeste, utilizando dados do Censo 2010, analisaram a inserção do migrante e do não-migrante no mercado de trabalho. Após estimarem um modelo econométrico por meio do procedimento de Heckman para corrigir o viés de seleção da amostra, concluíram que, por serem positivamente selecionados, os migrantes nesta região conseguem adentrar em postos de trabalho com melhor remuneração, comprovando o efeito positivo da migração sobre a renda.

Apesar do grande volume de trabalhos internacionais publicados sobre o tema, no Brasil os trabalhos sobre migração e seleção são recentes e mostram que de maneira geral os migrantes brasileiros são positivamente selecionados. Especificamente sobre a região Centro-Oeste, foram encontrados apenas dois artigos, que não mostram a evolução do feito da migração ao longo do tempo.

Na próxima seção serão expostos os fatos históricos relacionados à migração para o Centro-Oeste.

2.2 Migração para a região Centro-Oeste

Na literatura, percebe-se que os grandes movimentos de ocupação e migração para o Centro-Oeste foram a “Marcha para o Oeste”, nos anos 1930, e a construção de Brasília, na década de 1950 durante o governo de Juscelino Kubtschek. No entanto, estes processos de migração se consolidaram a partir da década de 1960.

A “Marcha para o Oeste”, durante o governo Getúlio Vargas, tinha por objetivo a integração regional, a ampliação do mercado interno e incentivar a migração para a região.

O processo de desenvolvimento industrial brasileiro iniciado no Sudeste colaborou para o desenvolvimento agrícola e para a ocupação do Centro-Oeste. Para atender a demanda de produtos primários do Sudeste, foram tomadas políticas de expansão da produção agrícola no Centro-Oeste, acompanhada de intensos fluxos migratórios.

A construção de Brasília, outro fato histórico que consolidou o processo migratório para o Centro-Oeste, ocasionou profundas alterações econômicas e políticas, não apenas para o estado de Goiás, mas para toda região como a aceleração dos fluxos migratórios; ocupação de novas terras; construção de estradas, como a BR-153 (Belém-Brasília); e expansão de mercados e emprego (PESSOA, 1999).

Nos anos de 1960, a região Centro-Oeste transformou sua base produtiva com a modernização da atividade agropecuária, principalmente nas atividades de pecuária de corte, pecuária de leite e plantio e beneficiamento da soja. De acordo com Guimarães e Leme (2002), além da modernização do campo, as políticas de urbanização também contribuíram para o crescimento do fluxo migratório para a região, principalmente nos dois maiores núcleos urbanos da região até então, Goiânia e Brasília.

A partir da década de 1970, consolidam-se as políticas de colonização, integração e interiorização da economia. Nesta década, percebe-se um saldo migratório positivo de 581.023 habitantes, sendo que o Distrito Federal foi a unidade da federação com maior saldo da região (CUNHA,2002).

Após receber incrementos populacionais significativos nos anos 1960 e 1970, a partir da segunda metade da década 1980, percebe-se a diminuição dos fluxos migratórios para a região. Entre os anos de 1981 e 1991, houve redução do fluxo migratório para 518.867 habitantes.

Cunha (2002) explica que grande parte deste fluxo foi composto por migrantes de retorno, ou seja, aqueles que voltam à sua região de origem. Cerca de 453 mil pessoas retornaram de algum estado do Centro-Oeste para seu estado de origem, enquanto na década anterior foram menos de 159 mil. O autor percebeu o mesmo fenômeno na migração de retorno para a região, pois, durante a década de 1980, 219 mil pessoas retornaram para o Centro-Oeste.

Na região, ainda durante os anos 1980, as principais trocas populacionais aconteceram entre os próprios estados do Centro-Oeste, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Cunha (2002) destaca que a imigração de pessoas originadas de Minas Gerais e do Paraná foi diminuindo progressivamente, o que reflete o processo de desenvolvimento econômico destes estados retendo a sua população em suas regiões metropolitanas. Outro importante fluxo migratório na região foi a saída de migrantes do Distrito Federal para Goiás, direcionada para a região metropolitana de Goiânia ou para o Entorno do Distrito Federal.

Os movimentos migratórios no Centro-Oeste entre 1970 e 1990 estão ligados a duas realidades: a primeira, a expansão das fronteiras agrícolas; e a segunda relacionada com o crescimento dos centros urbanos, de forma geral, liderado pelas capitais dos estados (CUNHA, 2002).

Conforme descrito por Pacheco (1999), no final dos anos 1980, a região Centro-Oeste foi marcada por grandes mudanças no setor agropecuário, como ganho de incremento tecnológico e adoção de formas modernas de produção. Juntamente com essas mudanças, Martine (1994) cita o fim de projetos de desenvolvimento e subsídios como causas do declínio da atração migratória da fronteira agrícola no período.

Baeninger (2012) verificou que, na década de 1990, o Distrito Federal e o estado de Goiás mantiveram-se como as principais áreas de absorção do fluxo de longa distância, mesmo considerando o esgotamento das fronteiras agrícolas e a consequente diminuição dos fluxos migratórios para a região. Nesta perspectiva, Baeninger e Peres (2011) consideram a migração de retorno como fluxo responsável por garantir a posição de atração de longa distância dos estados do Centro-Oeste.

Estudo mais recente de Neves e Casari (2015) apontou que, em 2010, a população estimada do Centro-Oeste era de aproximadamente 1.500.000 pessoas, sendo 32,13% composta por migrantes. Vale destacar a maior participação de pessoas oriundas do Nordeste e do Sudeste, compondo respectivamente 29% e 22% do total de migrantes na região.

Em sentido nacional, no século XXI, os volumes migratórios continuaram diminuindo, passou de 5,2 milhões entre 1995-2000 para 3,2 milhões entre 2004-2009. No entanto, este decréscimo não significa a estagnação das migrações, mas a existência de novas modalidades de deslocamentos. Para Baeninger (2012), os vetores de expansão da industrialização e das fronteiras agrícolas foram responsáveis pelos eixos da dinâmica migratória no Brasil.

Dessa forma, pode-se observar que a migração continua sendo um importante fator de crescimento populacional para o Centro-Oeste brasileiro. No próximo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada neste artigo.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo de analisar a evolução da inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho da região Centro-Oeste, são utilizados os dados dos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010. Essa base de dados foi escolhida devido à abrangência de informações sobre a população brasileira e por conter informações detalhadas sobre migração.

Como, neste trabalho, são comparados os migrantes em duas décadas em sequência, são considerados migrantes apenas aqueles indivíduos que migraram para a região Centro-Oeste nos períodos intercensitários. Dessa forma, no ano de 2000, é considerada a migração que ocorreu entre 1991 e 2000 e, no ano de 2010, a migração ocorrida entre 2000 e 2010. Essa restrição é importante para que não haja dupla contagem de migrantes.

A partir dos dados dos Censos 2000 e 2010, são descritas, inicialmente, separadamente para as amostras de migrantes e não migrantes, as características socioeconômicas, principalmente aquelas relacionadas ao mercado de trabalho. São elas:

- Sexo: distribuição percentual de homens e mulheres na população;
- Idade: idade média, em anos, do migrante e não migrante;
- Escolaridade: distribuição percentual por faixa de ensino (fundamental incompleto, médio incompleto, superior incompleto e superior completo);
- Rendimento total: média do rendimento total mensal, em Reais (calculado para todos os indivíduos que tinham rendimento);
- Rendimento do trabalho principal: média do rendimento do trabalho principal, em Reais (calculado apenas para os indivíduos ocupados);
- Tipo de emprego: distribuição percentual dos indivíduos ocupados entre emprego formal, emprego informal, conta própria e empregador;

Para descrever o impacto de ser migrante sobre a probabilidade de emprego e sobre o rendimento do trabalho, é utilizado o procedimento de Heckman, dado que a presença de viés de seleção da amostra tornaria a simples utilização do método de mínimos quadrados ordinários tendenciosa.

Para corrigir o viés de seleção, Heckman (1979) desenvolveu um estimador em dois estágios. A equação de seleção é estimada utilizando o modelo *probit*, em que a variável dependente é uma *dummy*, sendo 1 para o indivíduo ocupado e 0 para desempregado. As variáveis explicativas são:

- Sexo: dummy igual a 1 para sexo masculino e 0 do contrário;
- Cor: dummy igual a 1 para os indivíduos brancos e amarelos e 0 para os demais;
- Responsável pelo domicílio: dummy igual a 1 para o responsável pelo domicílio e 0 para os demais;
- Idade: idade em anos;
- Escolaridade: anos de escolaridade;
- Migrante: dummy igual a 1 para migrante e 0 para os demais.

A partir dos parâmetros estimados no modelo *probit*, calcula-se o λ que é utilizado como variável exógena na equação de rendimentos, no segundo estágio. O segundo estágio consiste na estimação da equação de rendimentos. A variável dependente é o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal e as variáveis explicativas são:

- Sexo: dummy igual a 1 para o sexo masculino e 0 do contrário;
- Cor: dummy igual a 1 para os indivíduos brancos e amarelos e 0 para os demais;
- Idade: idade em anos;
- Escolaridade: anos de escolaridade;
- Tipo de emprego: dummies para emprego informal, conta própria e empregados, sendo emprego formal a categoria de base;
- Migrante: dummy igual a 1 para migrante e 0 para os demais.

Os procedimentos descritos serão feitos para as amostras de 2000 e 2010, os resultados dos períodos são comparados para demonstrar a evolução da seleção dos migrantes e a sua inserção no mercado de trabalho na região Centro-Oeste.

4. RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados sobre a inserção do migrante no mercado de trabalho nos anos de 2000 e 2010. Na primeira parte, estão as características socioeconômicas de migrantes e não migrantes e, na segunda parte, os resultados econométricos estimados.

4.1 Diferenças socioeconômicas entre migrantes e não migrantes

p. 81 – Evolução da Inserção do Migrante e do não Migrante no Mercado de Trabalho da Região Centro-Oeste entre 2000 e 2010

Nesta seção, procura-se diferenciar as características dos migrantes e não migrantes nos anos de 2000 e de 2010. São apresentados dados sobre: sexo, faixa etária, escolaridade, emprego, ocupação e renda.

Com base nos dados do Censo 2000, o estudo levou em consideração uma população estimada em cerca de 1.400.000 pessoas, sendo que, 14,59% eram migrantes. Dessa forma, no ano em análise havia por volta de 204.260 migrantes na região Centro Oeste. Para 2010, a estimativa da população era de 1.500.000 pessoas, destas, cerca de 153.000, ou 10,02% eram migrantes.

O gráfico 1 mostra a distribuição percentual de migrantes e não migrantes segundo o sexo.

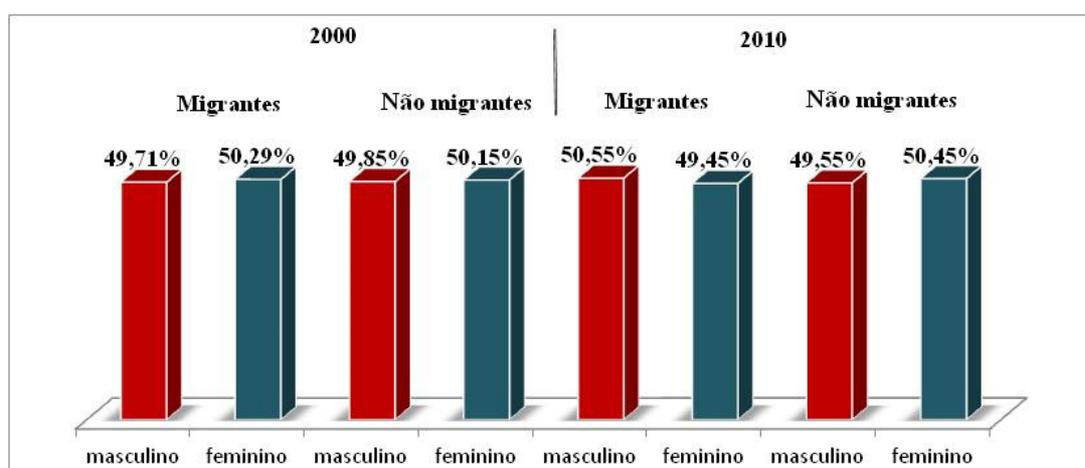


Gráfico 1: Distribuição de migrantes e não migrantes do sexo masculino e feminino.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos 2000 e 2010.

Percebe-se que, no período, houve mudança na composição de gênero do migrante na região. Enquanto, em 2000, a maioria dos migrantes eram mulheres, em 2010, este cenário se inverte sendo a maioria de homens. Destaca-se que, em 2000, a composição dos migrantes era muito semelhante à composição da população nativa, mas esse cenário se altera em 2010. O fato de haver proporcionalmente mais homens entre os migrantes, segundo a literatura, provavelmente, está relacionado ao fato de que o homem cria menos vínculos com a comunidade de origem.

Analisando os dados do Censo 2000, os migrantes apresentaram, em média, idade ligeiramente menor em relação aos não migrantes, 26,31 anos e 27,52 anos, respectivamente. A probabilidade de migrar é maior para os mais jovens, pois, de acordo com Borjas (2012), para esses indivíduos os retornos ao investimento em capital humano são maiores e os custos psicológicos do processo migratório são menores. Em 2010, a diferença de idade entre os dois grupos continua sutil, no entanto, percebe-se envelhecimento da população. Em média, os migrantes possuem 29,51 anos e os não migrantes 30,58 anos.

A distribuição da escolaridade é mostrada no gráfico 2.

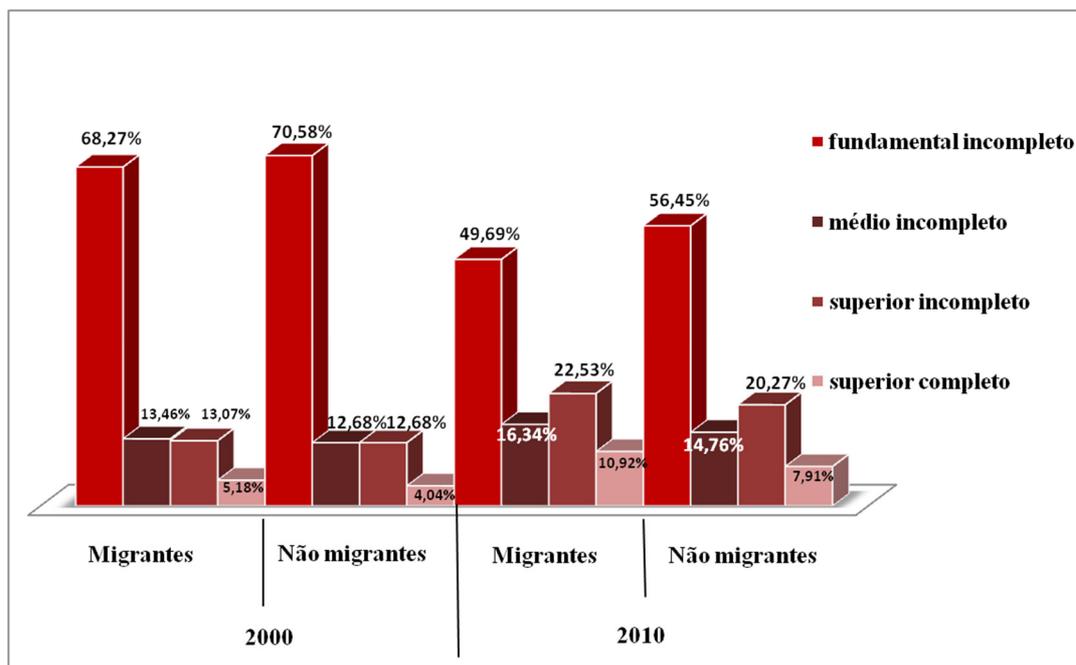


Gráfico 2: Níveis de escolaridade de migrantes e não migrantes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos 2000 e 2010.

No período analisado, a população migrante apresentou maiores níveis de escolaridade, de forma geral. Do ano 2000 para o ano de 2010, são observadas mudanças significativas nos níveis de escolaridade. Entre os migrantes, houve aumento 5,18% para 10,92% na faixa de ensino superior completo e redução 68,27% para 49,69% dos indivíduos que não concluíram o ensino fundamental. A melhor qualificação educacional dos migrantes também pode ser observada na faixa de ensino fundamental incompleto, em que o percentual de migrantes nesta faixa de escolaridade é menor que o dos não migrantes. Os não migrantes também melhoram seus níveis de escolaridade, embora de maneira menos expressiva.

Nesta análise, percebe-se que os migrantes são mais escolarizados e, portanto, mais bem preparados para o mercado de trabalho. Este fato pode aumentar a probabilidade de inserção do migrante em postos de trabalho com maiores remunerações, conforme exposto por Borjas (2012).

O gráfico 3 apresenta a distribuição de migrantes e não migrantes por tipo de trabalho.

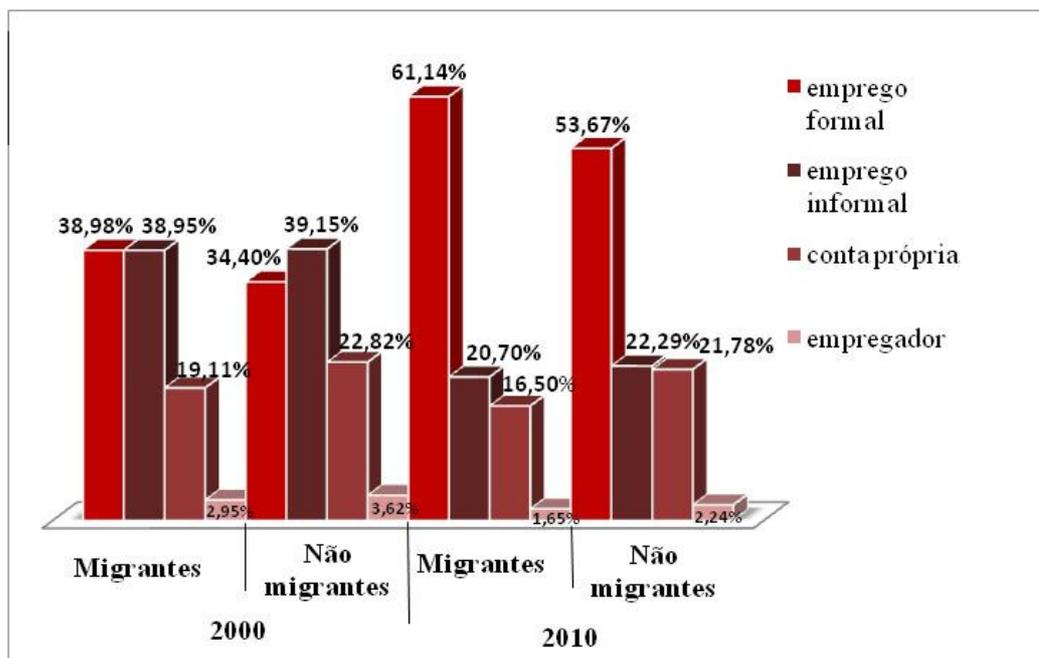


Gráfico 3: Distribuição de migrantes e não migrantes por tipo de trabalho.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos 2000 e 2010.

De acordo com os dados, em 2000, a população migrante obteve vantagem na ocupação de postos de trabalho em emprego formal com um percentual de 38,98%, enquanto 34,40% dos não migrantes trabalhavam com carteira assinada. Na faixa de emprego informal, em que as condições de trabalho são precárias e o trabalhador não usufrui de benefícios e direitos trabalhistas, o percentual de migrantes foi ligeiramente menor em relação ao de não migrantes. Em 2010, observa-se um aumento da proporção de trabalhadores em postos de trabalho formal, mas essa proporção continuou maior entre os migrantes.

Entre os empregadores, ocupação normalmente associada a melhores condições de trabalho e rendimento, há um percentual maior de não migrantes tanto em 2000, quanto em 2010. Além disso, pode-se perceber que esses percentuais diminuem entre 2000 e 2010, ou seja, o número de empregadores diminuiu nos dois grupos analisados.

Em relação aos rendimentos, no ano de 2000, observou-se melhor situação do migrante. A renda total do migrante foi de R\$ 433,36 ante a renda total de 426,56 do não migrante, ou seja, o migrante possuía renda, em média, 1,59% maior que a do não migrante. No entanto, ao restringir a análise apenas ao trabalho principal, a diferença entre a renda do migrante para o do não migrante aumenta para 5,72%. Analisando o ano de 2010, a vantagem de rendimentos dos migrantes se intensifica. Em relação ao rendimento total, os migrantes ganhavam, em média, 23,20% a mais, cerca de R\$ 1.326,00, contra R\$ 1.076,00 dos nativos. Ao comparar a renda do trabalho principal, os migrantes ganhavam 19,82% mais que os não migrantes.

Esse resultado vai de encontro aos trabalhos de Santos Júnior (2002) e Ferreira, Santos Júnior e Menezes Filho (2003), que afirmam que a renda do migrante é maior que a do não migrante.

De forma geral, percebe-se que, no ano 2000, o migrante na região Centro Oeste é mais velho, mais bem preparado e mais bem remunerado em relação aos não migrantes. Em 2010, a diferença entre migrantes e não migrantes foi acentuada principalmente em relação à renda e a inserção no mercado de trabalho formal. Observa-se que a renda dos migrantes cresceu mais que os ganhos dos nativos, fenômeno descrito por Chiswick (1978) quando estudou as migrações nos Estados Unidos em 1970.

Na próxima seção, verifica-se o impacto de ser migrante sobre a probabilidade de emprego e renda.

4.2 Impacto da migração sobre o emprego e o rendimento

Para estimar o impacto da migração sobre o emprego e o rendimento, são controladas características socioeconômicas e o modelo econométrico é estimado utilizando o procedimento de Heckman. A tabela 1 apresenta os resultados estimados.

Tabela 1. Resultados estimados das regressões

Equação de seleção						
2000				2010		
Variável	Coefficiente	Erro padrão		Coefficiente	Erro padrão	
Sexo	0,2656	0,0046	*	0,4036	0,0050	*
Cor	0,0825	0,0042	*	0,0878	0,0050	*
Idade	0,0165	0,0001	*	0,0234	0,0002	*
Escolaridade	0,0402	0,0005	*	0,1480	0,0025	*
Resp. Domicílio	0,4404	0,0005	*	0,2168	0,0055	*
Migrante	0,0203	0,0005	*	0,1591	0,0079	*
Equação de rendimentos						
Variável	Coefficiente	Erro padrão		Coefficiente	Erro padrão	
Sexo	0,2078	0,0035	*	0,3360	0,004	*
Cor	0,0851	0,0023	*	0,1302	0,0022	*
Idade	0,0630	0,0004	*	0,0503	0,0005	*
Idade ²	-0,0005	5,53E-06	*	-0,0004	5,61E-06	*
Escolaridade	0,1195	0,0003	*	0,3513	0,0014	*
Informal	-0,1354	0,0024	*	-0,2676	0,0023	*
Conta Própria	0,0408	0,0029	*	-0,0107	0,0025	*
Empregador	0,8770	0,0061	*	0,7027	0,0072	*
Migrante	0,0861	0,0030	*	0,1133	0,0034	**
Lambda	-0,5521	0,0189	*	0,8460	0,3575	

(*) os valores das variáveis são significativos ao nível de 1% de significância.

(**) o valor da variável é significativo ao nível de 5% de significância.

621.217 observações para 2000.

710.666 observações para 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos 2000 e 2010.

A equação de seleção tem como variável dependente uma *dummy* de valor igual

a 1 para o indivíduo ocupado e valor 0, para o caso contrário. Entre os anos de 2000 e 2010, os coeficientes estimados das variáveis explicativas foram no mesmo sentido, ou seja, os impactos se mantiveram positivos ou negativos ao longo do tempo.

O modelo mostra que o indivíduo ser do sexo masculino eleva a probabilidade de ocupação. Em relação a cor, os indivíduos brancos ou amarelos também possuem maiores chances de estarem empregados. Esses resultados indicam que pode haver discriminação por sexo e cor na contratação de trabalhadores.

Em relação à idade, quanto mais velho maior a probabilidade de ocupação. A idade, em geral, é associada à maior experiência e isso pode aumentar a probabilidade de emprego.

Conforme o esperado, o maior número de anos de escolaridade aumenta as chances de emprego do indivíduo. A maior qualificação é vista como mais capital humano, o que justifica a maior probabilidade de emprego.

O fato de o indivíduo ser responsável pelo domicílio também aumenta a probabilidade de emprego. Ao assumir a responsabilidade do domicílio, pode-se desenvolver melhor certas capacidades pessoais procuradas pelos empregadores como comprometimento, responsabilidade, determinação, entre outras.

Por último, a equação de seleção mostra que os migrantes têm maiores chances de emprego que as pessoas que não são migrantes. Essa maior probabilidade de emprego pode estar associada às características não observáveis dos migrantes, como maiores habilidades cognitivas.

A equação de rendimentos tem como variável dependente o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal por hora e os resultados mostram, em geral, uma intensificação dos efeitos das variáveis explicativas sobre o rendimento entre 2000 e 2010.

O fato de ser homem está associado ao aumento do rendimento em cerca de 21% em 2000 e em 33% em 2010. Já ser branco ou amarelo leva a um incremento no rendimento de 8,5% no primeiro ano e de 13% no final do período. Dessa forma, observa-se que pode ter havido um aumento no preconceito por gênero e cor.

Verifica-se, também, a menor relevância da idade nos rendimentos. Enquanto em 2000 o aumento de um ano de idade aumentava em aproximadamente 6,3% o rendimento, em 2010 o impacto da idade continua sendo positivo, no entanto, é cerca de 1 ponto percentual menor. Isso pode significar que a experiência tem sido menos valorizada.

Ao contrário da idade, a educação tornou-se mais relevante no período. Em 2000, um ano a mais de qualificação escolar aumentava quase 12% o ganho dos indivíduos, já em 2010 o impacto positivo da educação sobre o rendimento foi de cerca de 35%.

Em relação ao tipo de emprego, faz-se comparação entre o emprego formal e as outras categorias de trabalho, sendo: informal, conta própria e empregador. Em 2000, o indivíduo que está em emprego informal recebia 13,54% menos em relação a quem ocupava um posto de trabalho formal. No entanto, quem trabalhava por conta própria ou

era empregador tinha rendimento maior, 4,08% e 87,70%, respectivamente. Em 2010, o trabalho formal continuou a apresentar vantagem sobre o informal, com rendimento 26,76% maior. Porém, quem trabalhava por conta própria passou a ganhar 1,07% menos em relação a quem é formalizado. A categoria de empregador continuou a ganhar mais em 2010, um percentual de 70,27% em comparação com o trabalho formal. Esses resultados mostram uma maior qualidade do emprego formal no decorrer do período analisado.

Finalmente, constata-se que o indivíduo ser migrante tem um impacto positivo no rendimento e que, com o passar do tempo, esse efeito é potencializado, pois em 2000 o migrante teve seu ganho elevado em 8,61% e em 2010 o impacto foi de 11,33%.

Dados os resultados mostrados nas regressões e as características socioeconômicas dos migrantes, pode-se concluir que no período entre 2000 e 2010, houve migração positivamente selecionada para o Centro-Oeste.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo geral analisar a evolução da inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho da região Centro-Oeste, a partir dos dados censitários do IBGE dos anos 2000 e 2010. Procurou-se descrever as características socioeconômicas dos indivíduos e o impacto de ser migrante sobre emprego e renda, fazendo uma comparação entre os dados dos anos em análise para verificar a evolução dos resultados.

Verificou-se que, em média, os migrantes são positivamente selecionados, com melhor nível educacional, inseridos em melhores postos de trabalho e com remuneração maior em relação à população local. No decorrer do período analisado, percebeu-se a intensificação das vantagens da população migrante em relação a população local, sugerindo, assim, uma maior seleção dos migrantes com o passar do tempo.

As equações de seleção e de rendimentos confirmam esse resultado. Os migrantes têm maior probabilidade de inserção no mercado de trabalho e com remuneração maior que a dos não migrantes.

Considerando que os migrantes residentes na região Centro-Oeste são positivamente selecionados, não se fazem necessárias políticas públicas voltadas exclusivamente para estes indivíduos e não são pertinentes medidas restritivas ou discriminatórias em relação à força de trabalho migrante.

O tema não se esgota neste trabalho, futuras pesquisas podem investigar a evolução da inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho em outro período temporal ou realizar o estudo para outras regiões ou unidades federativas do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindoia. **Anais...** Águas de Lindoia, 2012.

BAENINGER, R.; PERES, R. Metrôpoles brasileiras no século 21: evidências do Censo

Demográfico de 2010. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 634-648, 2011.

BORJAS, G. J. Self-selection and the earnings of immigrants. **The American Economic Review**, v. 77, n. 4, p. 531-553, set. 1987.

_____. **Economia do trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CASARI, P.; NEVES, P. C. S. Inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho da região Centro-Oeste em 2010. In: XIV Encontro da ABET, 2015, Campinas. **Anais...** Campinas, 2015.

CHISWICK, B. R. The effect of americanization on the earnings of foreign-born men. **The Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, p. 897-921, out. 1978.

_____. Are immigrants favorably self-selected? Papers and Proceedings of the One Hundred Eleventh Annual Meeting of the American Economic Association. **The American Economic Review**, v. 89, n. 2, p. 181-185, maio 1999.

CUNHA, J. M. P. Migração do Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Migração e Ambiente no Centro-Oeste. Campinas: NEPO, 2002. Cap. 3, p. 89-134.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. 5ª. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 793 p.

FERREIRA, P. C. G.; SANTOS JUNIOR, E. R.; MENEZES FILHO, N. **Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003 (Texto para Discussão).

FREGUGLIA, R.; PROCOPIO, T. Efeitos da mudança de emprego e da migração interestadual sobre os salários no Brasil formal: Evidências a partir de dados em painel, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 256-275, ago. 2013.

GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 28, n. 81, maio-ago, 2014.

GOLGHER, A. B. **Diagnóstico do Processo Migratório no Brasil 1: Comparação entre Não-Migrantes e Migrantes**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006. (Texto para discussão)

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: NEPO, 2002. Cap. 3,

p.89-134.

HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, State College, v.47, p 153-161, 1979.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. IPEA, Brasília, 1994. (Texto para discussão, n. 329)

NEVES, P. C. S.; CASARI P. A inserção do migrante e do não-migrante no mercado de trabalho da região Centro-Oeste em 2010. XIV Encontro da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2015, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2015.

PACHECO, C. A. et. al. Dinâmica demográfica regional recente: o caso de São Paulo. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

PESSOA, J. M. **A revanche Camponesa**. Goiânia: Editora UFG, 1999. 351 p.

RIBEIRO, L. L.; CORREA, M. V. Migração e seleção: Evidências para o Centro-Oeste brasileiro. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 01-13, 2009.

SANTOS, C.; FERREIRA, P. C. Migração e distribuição regional de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 37, n. 3, dez. 2007.

SANTOS JUNIOR, E. R. **Migração e seleção: o caso do Brasil**. 2002. 56 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Economia, EPGE- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.